



**FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE**

**PERSPECTIVAS EMPRESARIAIS  
Nº 27**

**3º TRIMESTRE DE 2024**

**17 DE OUTUBRO DE 2024**

ESTE DOCUMENTO TEM O PATROCÍNIO DE:



# RESUMO EXECUTIVO

- O Fórum para a Competitividade estima um abrandamento do crescimento, de 2,5% em 2023 para entre 1,7% e 1,9% em 2024, melhorando para entre 1,8% e 2,2% em 2025.
- Em Agosto, as exportações de bens regressaram às quedas (-1,3%), tal como em Maio e Junho, após os valores muito fortes de Julho (23,9%), mesmo excluindo uma encomenda excepcional (8,6%). Esta encomenda representou 0,3% do PIB em termos de exportações líquidas de importações, permitindo um crescimento homólogo acumulado de 2,0%.
- Em Portugal, a taxa de inflação homóloga regressou às quedas no 3.º trimestre, tendo diminuído para 2,1% em Setembro. No entanto, o mesmo não se passou com a inflação subjacente, que estabilizou por vários meses nos 2,4%, para subir para 2,8% em Setembro.
- O Fórum para a Competitividade estima um abrandamento da inflação nacional, de 4,3% em 2023 para entre 2,3% e 2,4% em 2024 e entre 1,8% e 2,2% em 2025.
- Em Agosto, o montante de empréstimos vivos concedidos às sociedades não-financeiras por parte do sector bancário ascendeu a €72,3 mil milhões, o que se traduzia em menos 637 milhões do que no final do segundo trimestre.
- No 2.º trimestre, a taxa de desemprego diminuiu de forma sensível, de 6,8% para 6,1%, ainda que se tivesse registado um grande dinamismo quer no aumento da população activa (2,2%), quer do emprego (2,2%). Em Agosto, a taxa de desemprego mensal (não directamente comparável com a trimestral) diminuiu de 6,5% para 6,4%.
- O Fórum para a Competitividade antecipa uma estabilização da taxa de desemprego, de 6,5% em 2023 para entre 6,4% e 6,6% em 2024 e para entre 6,3% e 6,5% em 2025.
- Em termos estritamente económicos, poderíamos dizer que a conjuntura internacional está numa fase razoável, em franca melhoria. O problema são os riscos geopolíticos, que estão em forte crescendo, sobretudo no Médio Oriente, temendo-se uma escalada no conflito iniciado com o ataque do Hamas a Israel.
- As taxas Euribor devem prosseguir a sua trajectória descendente, esperando que a taxa a seis meses baixe para 3% no 1.º trimestre de 2025.
- Alguns dos pontos fortes do Relatório Draghi são: aprofundamento do Mercado Interno Europeu; criação dum verdadeiro Mercado de Capitais Europeu; acabar com a fragmentação existente nas Indústrias de Defesa e do Espaço. Como pontos fracos, esquece quer os elevados custos económicos da descarbonização e da transição energética quer o facto de haver conflitos inerentes aos vários objectivos propostos.

# ÍNDICE

<b>1. CONJUNTURA NACIONAL</b>	
<b>PIB</b>	<b>5</b>
<b>Consumo</b>	<b>8</b>
<b>Exportações</b>	<b>10</b>
<b>Indústria</b>	<b>12</b>
<b>Construção</b>	<b>13</b>
<b>Comércio</b>	<b>14</b>
<b>Serviços</b>	<b>15</b>
<b>Turismo</b>	<b>16</b>
<b>Inflação</b>	<b>17</b>
<b>2. AS EMPRESAS E OS SEUS CUSTOS</b>	
<b>Financiamento</b>	<b>18</b>
<b>Trabalho</b>	<b>22</b>
<b>Fiscalidade</b>	<b>23</b>
<b>3. CONJUNTURA INTERNACIONAL</b>	<b>24</b>
<b>4. MERCADOS</b>	<b>26</b>
<b>5. O RELATÓRIO DRAGHI E A COMPETITIVIDADE EUROPEIA</b>	<b>30</b>
<b>6. LEGISLAÇÃO</b>	<b>43</b>



## - Forte abrandamento do PIB em cadeia

### 1. CONJUNTURA NACIONAL

Pedro Braz Teixeira <sup>1</sup>

#### PIB

O INE reviu em alta o crescimento do PIB de 2022 (de 6,7% para 7,0%) e de 2023 (de 2,3% para 2,5%), com a substituição do ano de referência, de 2016 por 2021, e com o acesso a informação mais detalhada e actualizada.

No 2º trimestre de 2024, o PIB abrandou fortemente em cadeia, de 0,6% para 0,2%, enquanto em termos homólogos acelerou de 1,4% para 1,6%. No entanto, registou-se uma alteração significativa nos contributos para o crescimento: enquanto a procura interna aumentou o seu contributo de 1,0% para 1,9%, as exportações líquidas viram o seu contributo passar de positivo (+0,5%) a negativo (-0,5%).

Considerando a variação em cadeia, o consumo privado desacelerou fortemente, de 1,0% para 0,2%, apesar da evolução em contraciclo do consumo de bens duradouros (de -1,3% para 1,7%).

A Formação Bruta de Capital Fixo assistiu a uma forte recuperação em cadeia, passando de uma queda de 3,0% para um aumento de 1,2%, generalizado às suas componentes, como foi o caso do Equipamento de transporte (de -1,1% para 4,0%) e Outras máquinas (de -8,3% para 4,2%), mas com a excepção da Construção que manteve uma queda trimestral de 0,5%. Esta contracção continuada da construção é especialmente

<sup>1</sup> Director do Gabinete de Estudos do Forum para a Competitividade, responsável pelos textos destas Perspectivas Empresariais, com excepção dos assinalados.



**- Investimento melhorou  
mas exportações  
desaceleraram  
fortemente**

preocupante, já que estamos em presença de estímulos excepcionais do PRR e vivemos uma nítida crise na habitação, o que sugere a persistência de bloqueios que tardam em ser sanados.

Registe-se, ainda, que a aceleração em cadeia da procura interna se deveu em exclusivo ao investimento, o que é uma boa notícia, em termos da criação de potencial de crescimento futuro.

As exportações desaceleraram fortemente em cadeia, de 1,5% para 0,2%, sobretudo pela componente de bens (de 2,5% para 0%), tendo a recuperação nos serviços (de -0,3% para 0,5%) sido insuficiente para contrariar aquele efeito. A evolução das importações é que teve um comportamento decisivo, já que passou de uma invulgar queda em cadeia (-0,5%) para uma forte subida (1,0%), unicamente devido à componente de serviços (de -8,7% para 7,2%), já que a parte dos bens variou no sentido inverso (de 1,3% para -0,2%). Finalmente, os termos de troca melhoraram pelo sexto trimestre consecutivo.

Em termos de produtividade, infelizmente, a variação homóloga prosseguiu a sua deterioração, de 1,4% no 2º trimestre de 2023, 0,9% nos 3º e 4º trimestres de 2023, um excepcional mau resultado no início de 2024 (-0,3%) e apenas 0,2% no 2º trimestre de 2024. Este é um dos mais graves problemas estruturais da economia portuguesa, que necessita de ser enfrentado e corrigido.



### Previsões de crescimento para Portugal

Fonte	Data	2024	2025	2026
OCDE	Mai/24	1,6	2,0	
Comissão Europeia	Mai/24	1,7	1,9	
Conselho das Finanças Públicas	Set/24	1,8	2,4	2,1
FMI	Out/24	1,9	2,3	2,0
Banco de Portugal	Out/24	1,6	2,1	2,2
Católica	Out/24	1,6	1,8	2,0
Ministério das Finanças	Out/24	1,8	2,1	
Forum para a Competitividade	Out/24	1,7 a 1,9	1,8 a 2,2	

A tendência geral dos indicadores do 3º trimestre seria de abrandamento, com a exceção das exportações de bens, que conheceram uma encomenda excepcional, no valor de 0,3% do PIB, que deverá beneficiar muito os dados deste período.

Os riscos externos geopolíticos têm vindo a aumentar, sobretudo com o risco de escalada do conflito no Médio Oriente, ainda que as condições estritamente económicas até se tenham vindo a comportar de forma genericamente favorável. Até ao momento estes riscos não se têm concretizados, mas poderão materializar-se sem aviso prévio.

As eleições presidenciais norte-americanas, com o potencial hiato até à tomada de posse do novo presidente em Janeiro, poderão ser aproveitadas por vários dos beligerantes, nas diferentes frentes de batalha.

A nível nacional, a incerteza política mantém-se muito elevada, com riscos de a proposta de orçamento de 2025 não ser aprovada e haver eleições legislativas antecipadas, menos

**- Riscos políticos internacionais em crescendo**



**- Descida de taxas de juro ajuda exportações, consumidores e empresas**

**- Forum para a Competitividade estima um abrandamento do crescimento, de 2,5% em 2023 para entre 1,7% e 1,9% em 2024**

**- Consumo desacelera e poupança volta a aumentar**

de 12 meses depois das últimas. Como é evidente, esta evolução seria prejudicial para o desempenho da nossa economia, sobretudo a nível do investimento.

No plano europeu, espera-se a continuação da descida das taxas de juro pelo BCE, quer em 2024 quer no próximo ano, melhorando as condições de crescimento dos nossos parceiros comerciais, o que deverá beneficiar as nossas exportações. Para além disso, as nossas famílias e empresas também deverão beneficiar de uma política monetária menos contracionista.

Em resumo, o Forum para a Competitividade estima um abrandamento do crescimento, de 2,5% em 2023 para entre 1,7% e 1,9% em 2024, melhorando para entre 1,8% e 2,2% em 2025.

## CONSUMO

No 2º trimestre, em termos de variação em cadeia, o consumo privado desacelerou de forma acentuada, de 0,8% para 0,2%, com os bens alimentares a abrandarem, de 2,7% para 1,1% e os bens correntes não alimentares e serviços (quase 70% do total) a passarem mesmo de 0,9 para -0,2%, não compensados pela melhoria dos bens duradouros, que representam menos de 10% do total.

No 2º trimestre, a taxa de poupança das famílias subiu de 9,2% para 9,8%, prosseguindo a tendência dos últimos trimestres e fixando-se claramente acima dos níveis verificados antes da pandemia, em torno de 7%. Como vimos salientando, este aumento da poupança, sendo benéfico em si mesmo, implica um abrandamento do consumo privado e uma diminuição da sua contribuição para o PIB.

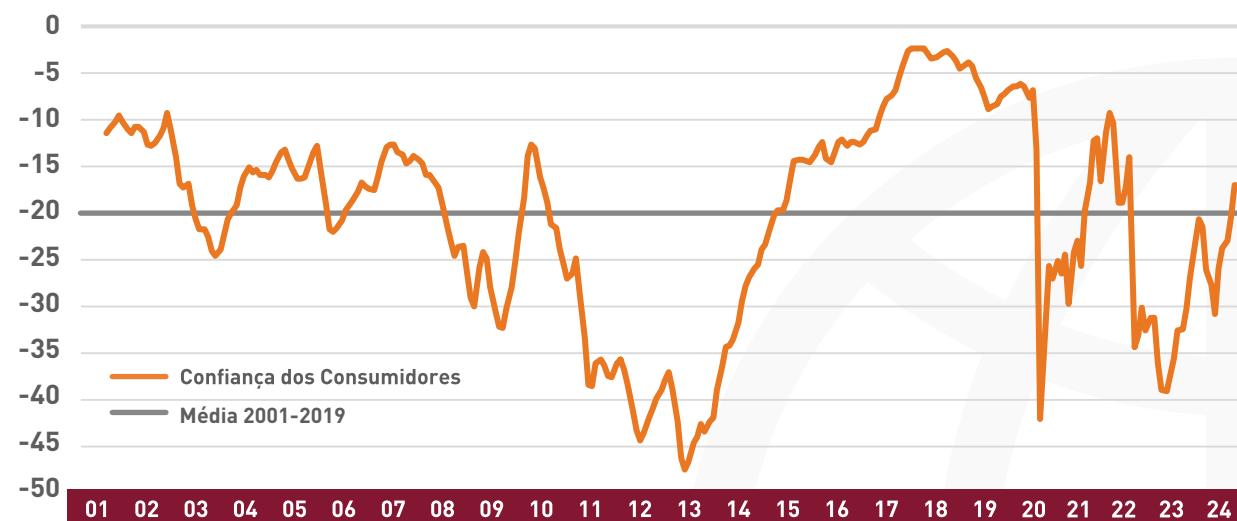




**- Confiança dos consumidores acima dos valores anteriores à invasão da Ucrânia**

No 3º trimestre de 2024, a confiança dos consumidores prosseguiu a recuperação desde Novembro, ultrapassando os valores registados antes da invasão da Ucrânia, em Fevereiro de 2022.

### Confiança dos consumidores



Fonte: INE.

**- Consumo privado deverá estabilizar**

Em 2024, o consumo poderá estabilizar, face ao crescimento de 1,6% registado no conjunto de 2023, sobretudo devido ao aumento da poupança. Nos próximos trimestres, espera-se a continuação da descida das taxas Euribor, aliviando as famílias, e também alguma folga fiscal, decorrente da alteração das tabelas do IRS no 4º trimestre de 2024 e alguma baixa de imposto no próximo ano, dependente da aprovação do orçamento.



**- Exportações a  
beneficiar de encomenda  
excepcional**

## EXPORTAÇÕES

Em Agosto, as exportações de bens regressaram às quedas (-1,3%), tal como em Maio e Junho, após os valores muito fortes de Julho (23,9%), mesmo excluindo uma encomenda excepcional (8,6%). Esta encomenda representou 0,3% do PIB em termos de exportações líquidas de importações, permitindo um crescimento homólogo acumulado de 2,0%. No entanto, sem este pedido de produtos farmacêuticos, teria havido uma queda. Em termos de destinos, os EUA estavam a apresentar fortes crescimentos, mas interrompidos em Agosto. Em termos de produtos, há a salientar as quedas persistentes de Automóveis, acima de 24% nos últimos quatro meses.



## Comércio externo de bens, taxa de variação homóloga

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Exportações – total	0,5	2,3	-13,6	15,2	-1,5	-4,1	23,9	-1,3
Espanha	3,9	2,8	-15,8	15,6	-5,8	-0,7	11,1	1,9
França	-3,1	-4,0	-16,2	5,8	-7,3	-11,8	1,4	-1,0
Alemanha	14,0	8,7	-9,6	23,3	4,0	-4,2	120,6	14,4
EUA	9,9	11,3	-15,8	26,5	16,1	47,9	50,6	-13,9
Reino Unido	10,6	18,5	-18,3	33,3	-9,4	-17,5	8,2	-12,6
Itália	21,2	3,7	-9,1	19,1	-3,3	4,6	11,1	-0,6
Países Baixos	-26,6	-14,1	-15,1	3,9	15,5	-3,8	-12,3	19,8
Bélgica	20,5	3,1	10,7	3,4	-6,6	-5,1	36,6	-16,8
Angola	-46,5	-31,6	-43,5	-17,9	-20,1	-13,9	-16,1	-0,5
Polónia	-2,4	7,5	10,7	-5,5	14,3	-3,1	16,3	-22,3
Importações – total	-4,1	1,5	-15,5	13,3	-3,4	-6,2	15,7	1,6
Import. sem combustíveis	-0,3	2,6	-13,1	12,4	-4,2	-4,2	12,8	2,0
Importações combustíveis	-29,2	-6,5	-33,0	20,2	2,9	-21,5	43,1	-0,8

Fonte: INE.

As importações têm continuado a diminuir, de forma mais nítida em termos reais. Finalmente, os termos de troca prosseguiram a sua melhoria, pelo 21º mês consecutivo, se ignorarmos a redução marginal em Março.



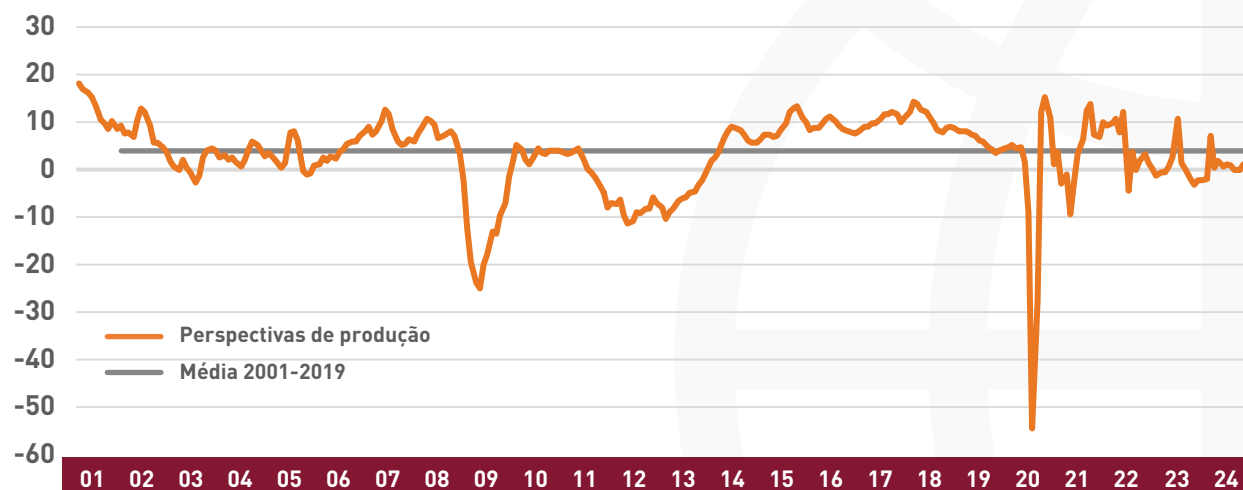
**- Recuperação das  
perspectivas de produção**

**INDÚSTRIA**

Na indústria, as perspectivas de produção recuperaram muito, mas só em Setembro. Neste mês, o indicador de confiança aumentou nos Bens de Consumo e Bens de Investimento e diminuiu nos Bens Intermédios.

Nos gráficos, optámos por não usar médias móveis a partir de 2020, para evidenciar a evolução de cada mês.

**Perspectivas de produção**



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Indústria Transformadora, médias móveis de 3 meses em relação aos valores corrigidos de sazonalidade.

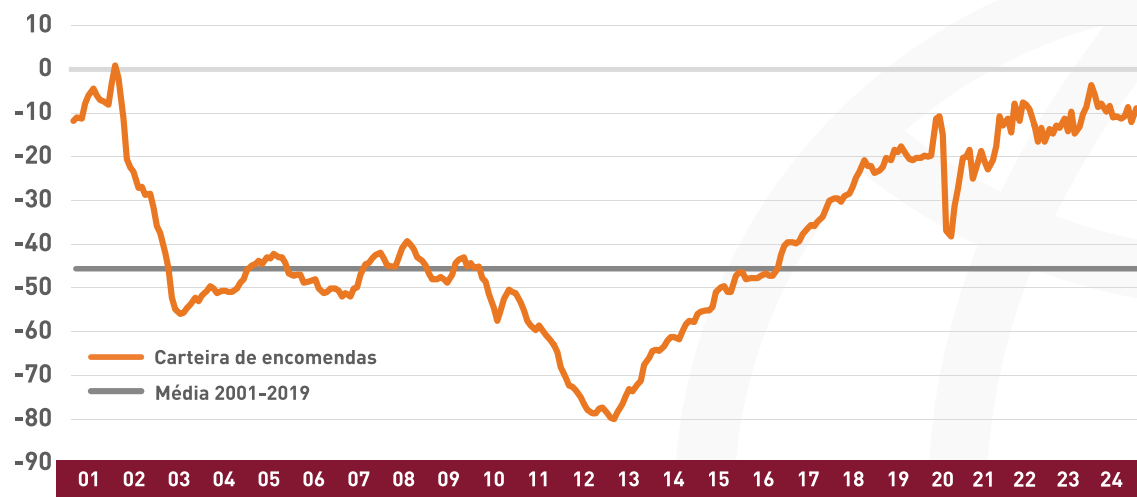


**- Carteira de encomendas estagnou**

**CONSTRUÇÃO**

Na construção, a carteira de encomendas estagnou no 3º trimestre, apesar do PRR e dos anunciados estímulos à habitação.

Carteira de encomendas



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Construção e Obras Públicas, médias móveis de 3 meses.

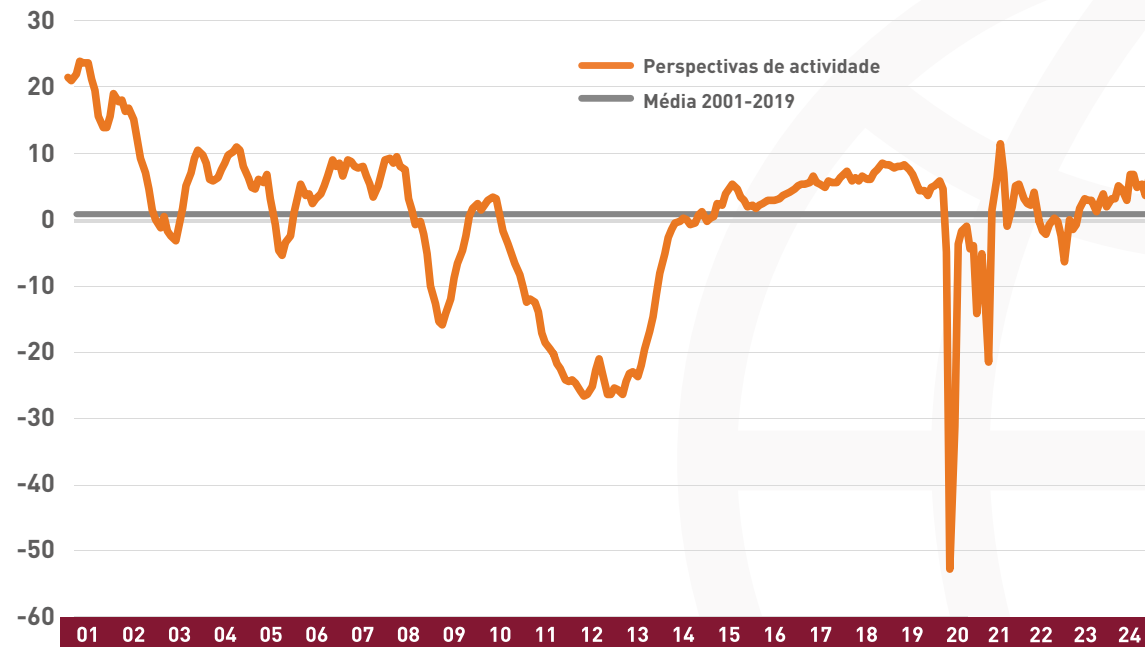


**- Deterioração ligeira**

**COMÉRCIO**

No 3º trimestre, as perspectivas de actividade do comércio flutuaram, com uma média ligeiramente inferior à do 2º trimestre.

**Perspectivas de actividade**



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura ao Comércio, médias móveis de 3 meses.

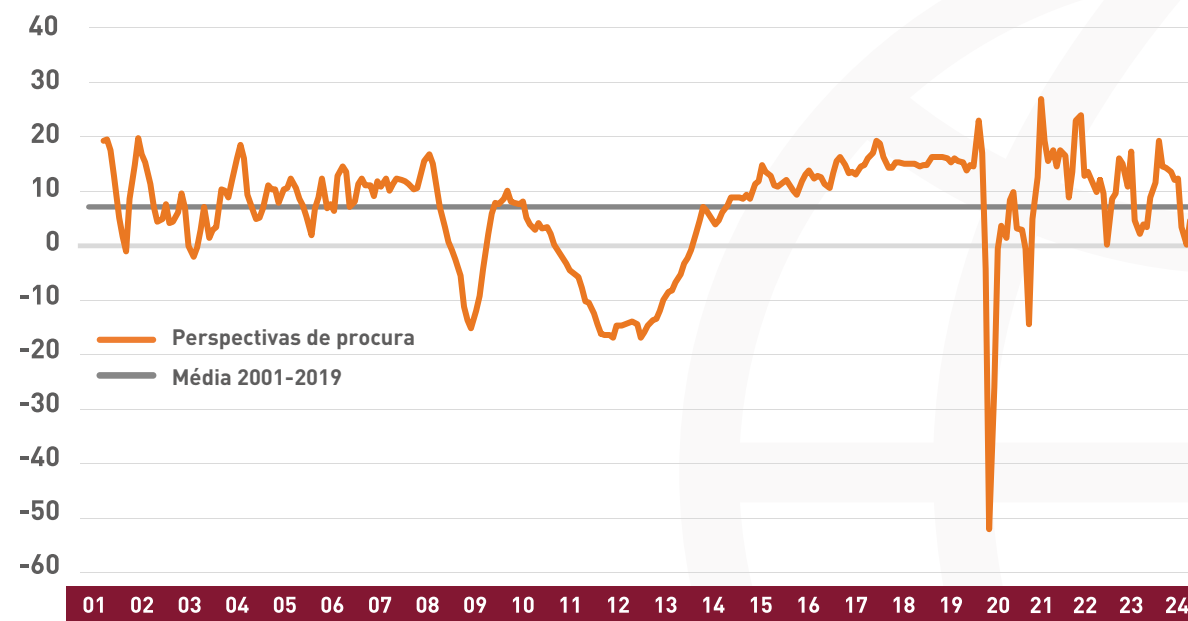


**- Recuperação das  
perspectivas de procura  
no 3º trimestre**

**SERVIÇOS**

Nos serviços, as perspectivas de procura recuperaram no 3º trimestre, para os valores do início do ano.

Perspectivas de procura



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Serviços, médias móveis de 3 meses.

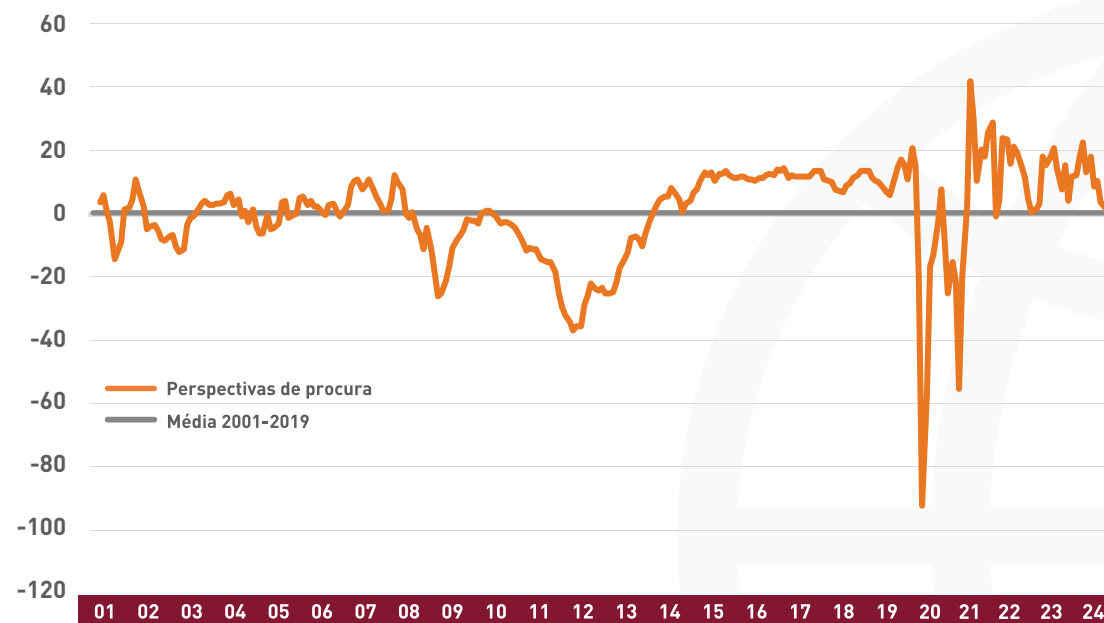


**- Melhoria das  
perspectivas de procura**

**TURISMO**

No alojamento e restauração, assistiu-se a uma melhoria das perspectivas de procura, para próximo dos valores do final de 2023.

**Alojamento, Restauração e Similares. Perspectivas de procura**



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Serviços, médias móveis de 3 meses.





**- Inflação diminuiu no 3º trimestre para 2,1% em Setembro**

## INFLAÇÃO

Em Portugal, a taxa de inflação homóloga regressou às quedas no 3º trimestre, tendo diminuído para 2,1% em Setembro. No entanto, o mesmo não se passou com a inflação subjacente, que estabilizou por vários meses nos 2,4%, para subir para 2,8% em Setembro. Já a inflação média prosseguiu o seu abrandamento, de 4,3% em Dezembro para 2,2% no final do 3º trimestre.

### Previsões da taxa de inflação

Fonte	Data	2024	2025	2026
OCDE	Mai/24	2,4	2,0	
Comissão Europeia	Mai/24	2,3	1,9	
Conselho das Finanças Públicas	Set/24	2,7	2,2	2,1
FMI	Out/24	2,5	2,1	2,0
Banco de Portugal	Out/24	2,6	2,0	2,0
Católica	Out/24	2,5	2,2	2,0
Ministério das Finanças	Out/24	2,6	2,3	
Forum para a Competitividade	Out/24	2,3 a 2,4	1,8 a 2,2	

A subida da taxa de poupança, já referida, ao retirar gás ao consumo privado, deverá ajudar ao abrandamento da taxa de inflação que se espera que continue nos próximos trimestres. A presidente do BCE já avisou que é provável que a inflação da zona euro conheça uma subida temporária no 4º trimestre, mas sem colocar em causa a tendência geral de desaceleração de preços.



- Forum para a Competitividade estima um abrandamento da inflação, de 4,3% em 2023 para entre 2,3% e 2,4% em 2024

- Queda no crédito às empresas

Os riscos geopolíticos, sobretudo no Médio Oriente, podem reacender tensões inflacionistas por via dos preços da energia, embora o seu impacto permaneça muito contido, pelo menos por enquanto.

Em 2025, o processo de desinflação deve prosseguir, sendo cada vez mais provável que se atinja o referencial de 2% do BCE, mesmo que haja flutuações temporárias.

Em resumo, o Forum para a Competitividade estima um abrandamento da inflação nacional, de 4,3% em 2023 para entre 2,3% e 2,4% em 2024 e entre 1,8% e 2,2% em 2025.

## 2. AS EMPRESAS E OS SEUS CUSTOS

### FINANCIAMENTO



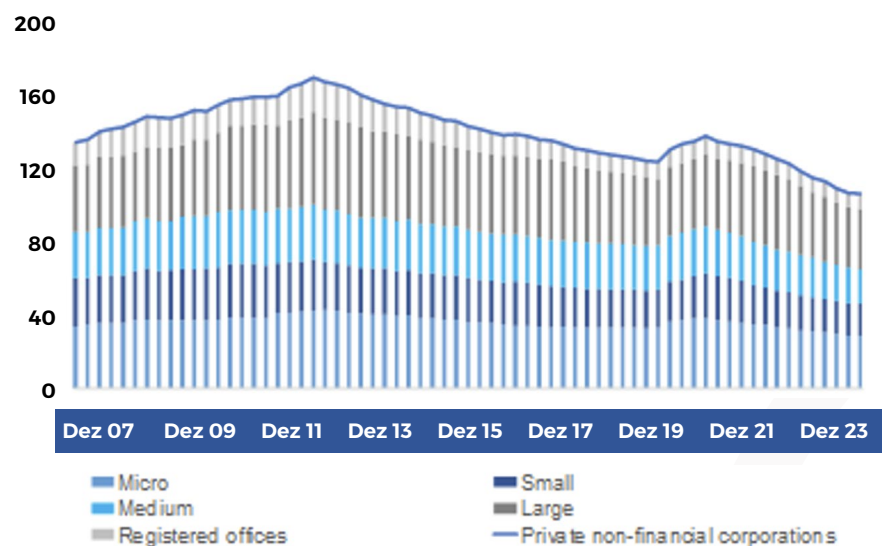
**Em agosto**, de acordo com o Banco de Portugal (BdP), **o montante de empréstimos vivos concedidos às sociedades não-financeiras (SNF) por parte do setor bancário ascendia a €72,3 mil milhões**, o que se traduzia em menos 637 milhões do que no final do segundo trimestre, e numa variação nula face a igual mês de 2023, a primeira não negativa desde o último mês de 2022. As **grandes empresas e as microempresas mantiveram taxas de variações positivas, de 2,1% e 5,7%**, respetivamente, por oposição às pequenas e médias empresas que continuaram a registar valores negativos, -2,8% e -5,4%.

Com a assinatura deste Protocolo, a Caixa consolida a sua oferta para o Turismo e reforça o seu posicionamento enquanto Banco Parceiro das Empresas do Setor.



## Economic Activity - Private Sector Indebtedness

Portugal: Private non-Financial Corporations (%gdp)



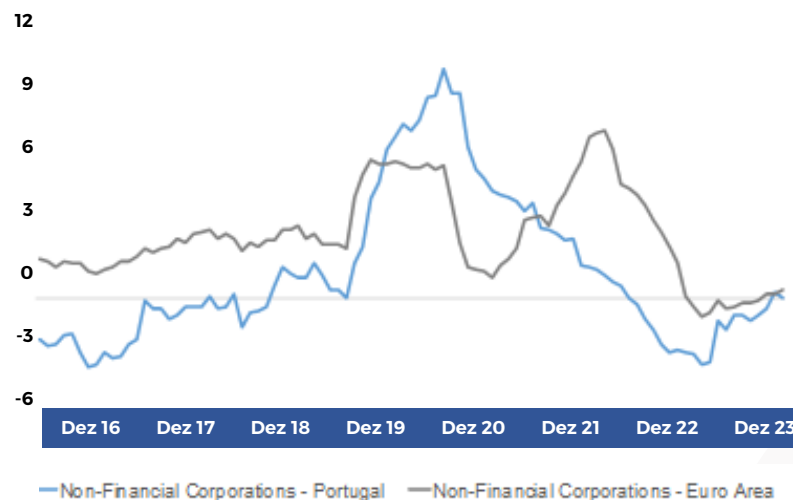
Continuou a assistir-se igualmente a uma diferenciação das taxas de crescimento entre setores. Destaque para o setor da Construção e atividade imobiliárias, cujo taxa de variação anual em agosto de 3,9% correspondeu à mais elevada desde março de 2021. Em sentido oposto, nos setores de Indústria e eletricidade e de Comércio, transportes e alojamento o crescimento do financiamento permaneceu negativo.

No que concerne ao **valor acumulado desde o início do ano dos novos empréstimos ao tecido empresarial não-financeiro**, este correspondeu a um valor de €15,5 mil milhões, o que corresponde a uma **variação homóloga acumulada de 7,8%**, resultado que se encontra alinhado com os dos três anos anteriores.



## Banking System - Credit Growth

Portugal & EA: Non-Financial Corporation (YoY%)



As SNF continuam a deter uma elevada disponibilidade de recorrer a fundos próprios para fazer face às necessidades não só de investimento, como das obrigações correntes. O stock de depósitos das SNF nos bancos residentes totalizava, no final de agosto, €66,5 mil milhões, mais €2,8 mil milhões do que em julho de 2024, o maior aumento desde setembro de 2010. Relativamente ao mês homólogo, estes depósitos cresceram 1,0%. O recurso ao financiamento com origem interna continuou a consubstanciar-se numa redução do grau de endividamento das SNF. No segundo trimestre de 2024, em percentagem do PIB, o endividamento desceu para 106,6%, o registo mais baixo desde o início da publicação da atual série por parte do BdP, em 2007, e 18,4 p.p. abaixo do observado imediatamente antes do início da pandemia.

Relativamente às taxas de juro dos novos empréstimos, a taxa média desceu de julho para agosto de 5,14% para 4,96%, regressando aos níveis mais baixos desde meados de

- Taxas de juro em queda

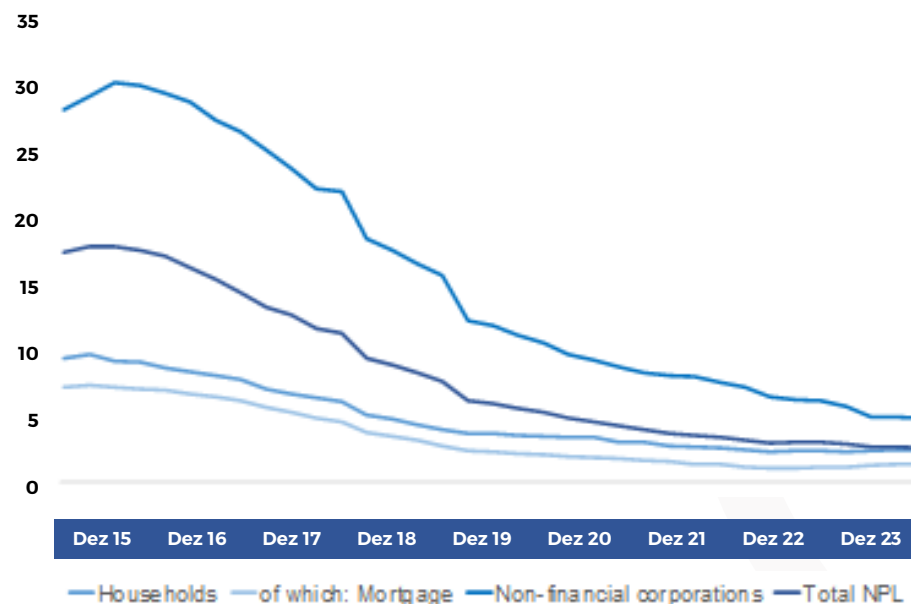


**2023** e acompanhando a tendência das taxas de juro diretoras do Banco Centra Europeu.

**Apesar do período de forte aumento das taxas de juro**, as quais, apesar da descida a que se assiste desde o final do ano passado, permanecem ainda num nível elevado, **o crédito de cobrança duvidosa das SNF manteve sempre a tendência de diminuição nos últimos trimestres**. Segundo o relatório trimestral do BdP do segundo trimestre relativo ao sistema bancário português, em percentagem do montante total de empréstimos em stock, o crédito de cobrança duvidosa das SNF voltou a diminuir, para 4,3%, menos 1,4 p.p. do que no trimestre homólogo de 2023, e menos 6,5 p.p. do que antes do período pré-pandemia.

### Banking System - Asset Quality

Portugal: Banking System - NPL Ratios (% of Gross Loans)





**- Diminuição sensível do desemprego**

**TRABALHO**

Pedro Braz Teixeira

No 2º trimestre, a taxa de desemprego diminuiu de forma sensível, de 6,8% para 6,1%, ainda que se tivesse registado um grande dinamismo quer no aumento da população activa (2,2%), quer do emprego (2,2%). Ou seja, o mercado de trabalho está robusto, apesar do enfraquecimento da actividade neste trimestre.

Em Agosto, a taxa de desemprego mensal (não directamente comparável com a trimestral) diminuiu de 6,5% para 6,4%, tendo a variação do emprego acelerado marginalmente de 0,8% para 0,9%.

**Previsões de taxa de desemprego**

Fonte	Data	2024	2025	2026
OCDE	Mai/24	6,3	6,2	
Comissão Europeia	Mai/24	6,5	6,4	
Conselho das Finanças Públicas	Set/24	6,5	6,4	6,2
FMI	Out/24	6,5	6,4	6,3
Banco de Portugal	Out/24	6,4	6,4	6,4
Católica	Out/24	6,4	6,3	6,1
Ministério das Finanças	Out/24	6,6	6,5	
Forum para a Competitividade	Out/24	6,4 a 6,6	6,3 a 6,5	



**- Forum para a Competitividade antecipa uma estabilização da taxa de desemprego, de 6,5% em 2023 para entre 6,4% e 6,6% em 2024**

Com o crescimento do PIB esperado para 2024 e 2025 em níveis próximos do potencial da economia, deverá registar-se uma relativa normalização da taxa de desemprego no intervalo das estimativas da taxa natural de desemprego (entre 6% e 7%).

Assim, o Forum para a Competitividade antecipa uma estabilização da taxa de desemprego, de 6,5% em 2023 para entre 6,4% e 6,6% em 2024 e para entre 6,3% e 6,5% em 2025.

## FISCALIDADE

**TELLES Advogados**

[Lei n.º 33/2024, de 7 de agosto](#) e [Lei n.º 34/2024, de 7 de agosto](#): Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

[Despacho n.º 9971-A/2024](#): Aprova as novas tabelas de retenção na fonte do IRS.

Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 11/07/2024, Processo C-184/23: O artigo 2.º, ponto 1, e o artigo 4.º, n.º 4, segundo parágrafo, da Sexta Diretiva do Conselho 77/388/CEE, de 17 de maio de 1977, relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios — Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado: matéria coletável uniforme, devem ser interpretados no sentido de que: as prestações efetuadas a título oneroso entre pessoas que façam parte de um mesmo agrupamento constituído por pessoas independentes do ponto de vista jurídico, mas estreitamente vinculadas entre si nos planos financeiro, económico e de organização, designado por um Estado-Membro como sendo um sujeito passivo único, não estão sujeitas a imposto sobre o valor acrescentado (IVA), mesmo no caso de o IVA devido ou pago pelo beneficiário dessas prestações não poder ser objeto de dedução a montante.



## - Riscos geopolíticos a subir fortemente

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 503/2024, de 18 de julho](#): Sumário: “Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 154.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, na parte em que, atribuindo carácter interpretativo à redação dada pelo artigo 153.º dessa Lei à Verba 17.3.4 da Tabela Geral do Imposto do Selo, determina que se considerem abrangidas por esta verba as quantias cobradas entre entidades bancárias, em data anterior à entrada em vigor daquela Lei, por operações com cartões em caixas automáticas e a título de taxa multilateral de intercâmbio.”

### 3. CONJUNTURA INTERNACIONAL

Pedro Braz Teixeira

Em termos estritamente económicos, poderíamos dizer que estaríamos numa fase razoável, em franca melhoria. Nos EUA, a economia tem revelado uma notável resiliência, que deverá manter, com a ajuda das descidas de taxas de juro, que também deverão ajudar as economias emergentes endividadas em dólares. A zona euro está menos dinâmica, mas deverá acelerar em 2025, também ajudada pelos alívios trazidos pelo BCE. A inflação, que tinha surgido como uma nova e forte preocupação, parece quase inteiramente dominada. A China está com dificuldade em recuperar, mas está a receber estímulos monetários e orçamentais para o conseguir.

O problema são os riscos geopolíticos, que estão em forte crescendo, sobretudo no Médio Oriente, temendo-se o envolvimento do Irão no conflito iniciado com o ataque do Hamas a Israel. Secundariamente, o resultado das eleições presidenciais norte-americanas poderá vir a trazer preocupações à Europa, dadas as tendências proteccionistas de ambos os candidatos.





**- Riscos de escalada da guerra no Médio Oriente**

Previsões de crescimento e inflação

País	PIB			Inflação		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
África do Sul	0,6	0,9	1,3	5,9	5,1	4,5
Alemanha	-0,2	0,2	1,1	6,0	2,4	2,1
Angola	0,5	2,6	3,1	13,6	22,0	12,8
Argélia	4,2	3,8	3,1	9,3	7,6	6,4
Austrália	2,0	1,5	2,1	5,6	3,5	2,9
Áustria	-0,8	0,3	1,6	7,7	3,7	2,8
Bélgica	1,4	1,3	1,3	2,3	3,8	2,0
Brasil	2,9	2,0	2,1	4,6	4,1	3,2
Canadá	1,7	1,4	2,1	4,1	3,0	2,4
China	5,2	4,8	4,3	0,3	0,7	1,7
Colômbia	0,8	1,1	2,1	11,7	6,5	3,9
Coreia do Sul	1,3	2,5	2,2	3,6	2,6	2,0
Dinamarca	1,4	1,6	1,7	3,3	1,8	2,2
Espanha	2,5	1,8	2,0	3,4	2,9	2,3
Estados Unidos	2,5	2,6	1,9	4,1	3,0	2,1
França	1,0	0,9	1,6	5,7	2,3	1,9
Índia	7,8	6,7	6,5	5,4	4,5	4,2
Itália	1,0	0,7	0,9	5,9	1,4	2,0
Japão	1,9	0,7	1,1	3,3	2,2	2,0
Marrocos	3,0	3,1	3,3	6,1	2,2	2,5
México	3,2	2,3	1,7	5,5	4,2	3,2
Moçambique	6,0	5,0	5,0	6,1	4,4	5,5
Países Baixos	0,1	0,7	1,4	4,1	2,6	2,1
Polónia	0,1	2,9	3,4	11,3	4,4	4,5
Reino Unido	0,1	0,5	1,3	7,1	2,5	2,1
Rússia	3,6	2,9	1,4	6,6	7,1	4,6
Suécia	-0,1	0,3	2,3	6,8	2,7	2,0
Suíça	0,9	1,3	1,5	2,1	1,6	1,4
Taiwan	1,4	3,1	2,7	2,5	1,9	1,6
Turquia	4,5	3,2	3,2	53,9	57,5	33,7
Zona Euro	0,4	0,8	1,5	5,4	2,4	2,1
PORTUGAL	2,3	1,7	2,0	5,3	2,3	2,0

Fonte: FMI (Abr-24),  
OCDE (Mai-24), Comissão  
Europeia (Mai-24).



## 4. MERCADOS



### MERCADOS MONETÁRIOS E CAMBIAIS

- **BCE voltou a descer  
taxas de intervenção**

As taxas Euribor ao longo dos últimos meses registaram uma gradual tendência de descida para os diferentes prazos, antecipando uma nova descida nas taxas de juro diretoras por parte do Banco Central Europeu, o que acabou por acontecer na reunião realizada em meados de Setembro.

Tal como se esperava, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu descer as suas taxas de juro diretoras na última reunião, em linha com as expectativas criadas pelos investidores e analistas nas semanas anteriores, decisão suportada pela gradual descida que se tem verificado ao nível da inflação. A taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento desceu de 4.25% para 3.65%, a taxas de juro aplicável à facilidade permanente de cedência de liquidez desceu de 4.50% para 3.90% e a taxa de juro aplicável à facilidade permanente de depósito desceu de 3.75% para 3.50%, o que corresponde a uma descida de 0.25%. Salienta-se ainda que é através da taxa associada à facilidade permanente de depósito que o BCE define agora a orientação



da política monetária e, por outro lado, como anunciado anteriormente (13 de Março de 2024), após a revisão do quadro operacional, o diferencial entre a taxa de juro das operações principais de refinanciamento e a taxa de juro da facilidade permanente de depósito passou a ser fixado nos 15 pontos base (50 pontos base anteriormente) e o diferencial entre a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez e a taxa das operações principais de refinanciamento permanecerá inalterado nos 25 pontos base.

Desde que o BCE iniciou o processo de normalização da política monetária para contrariar o contexto de subida significativa da inflação (julho de 2022), as taxas diretoras subiram por dez vezes de forma consecutiva até à reunião realizada em Setembro de 2023, numa amplitude total de 4.50%. Depois dessa data as taxas diretoras mantiveram-se inalteradas até Junho de 2024, sendo na altura anunciada a primeira descida e na última reunião foi decidida uma segunda descida ao nível das taxas de juro diretoras.

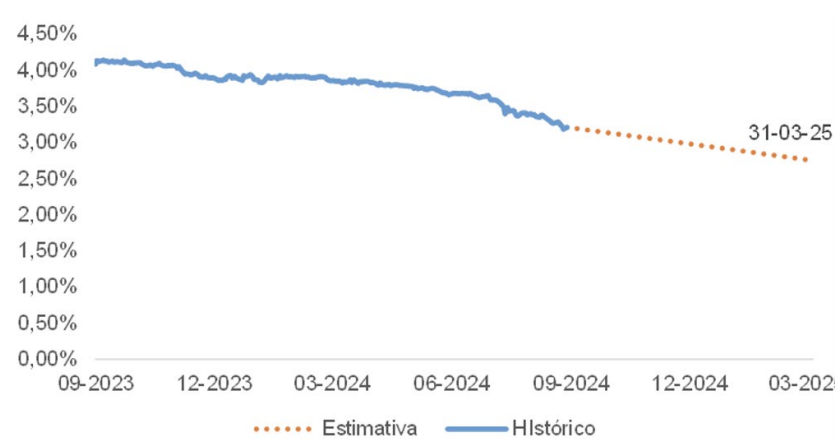
O BCE considerou mais uma vez apropriado moderar o nível de restritividade da política monetária tomando como referência a atualização da avaliação que efetuou em relação às perspetivas para a evolução da taxa de inflação, para a dinâmica da inflação subjacente e para a forma como é feita a transmissão da política monetária, embora continue a ser afirmada a determinação em assegurar o retorno atempado da taxa de inflação ao objetivo de médio prazo de 2%, o que deverá acontecer em 2025.

No atual enquadramento, em que as decisões de política monetária por parte do Banco Central Europeu continuarão a ser tomadas em função dos indicadores económicos e financeiros, e tendo em conta a desaceleração que se tem vindo a verificar ao nível da taxa de inflação, embora este indicador ainda permaneça acima do target definido pelo BCE, os mercados continuam a descontar a possibilidade de se verificar uma nova



descida das taxas de juro diretoras do BCE nos próximos meses, o que poderá acontecer na reunião agendada para 12 de Dezembro. Contudo, os responsáveis do BCE têm alertado para a possibilidade de o processo de descidas das taxas diretoras poder vir a ser muito gradual e passar por longos períodos de estabilização das mesmas.

### Euribor a 6 meses



### - Dólar norte-americano perde face ao Euro

Desde o início do ano de 2024, o Dólar norte-americano tem registado uma relativa estabilidade em relação ao Euro, oscilando a cotação EUR/USD entre 1.06 e 1.12, dando continuidade à reduzida variação evidenciada ao longo de grande parte do ano de 2023. Contudo, nos últimos meses a moeda norte-americana tem vindo a registar uma ligeira desvalorização, aproximando-se do valor máximo do intervalo referido anteriormente. Para esta ligeira tendência de descida do USD tem contribuído os receios de uma desaceleração mais significativa da economia norte-americana, presente nos indicadores menos positivos relacionados com o mercado de trabalho divulgados nos últimos meses, o que tem levado a uma ligeira tendência de subida da taxa de desemprego.

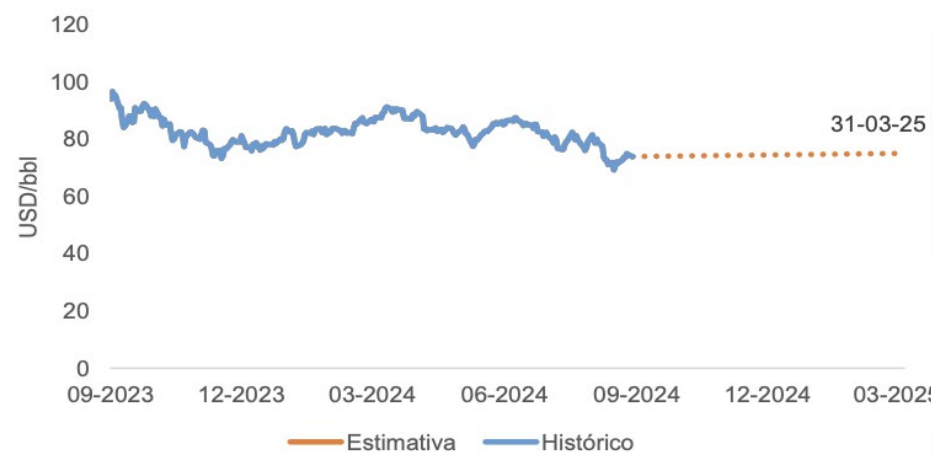


**- Contexto de incerteza geopolítica continua a exercer influência nos preços**

## MATÉRIAS PRIMAS

O comportamento dos preços do crude durante os primeiros nove meses de 2024 foi influenciado pela persistência de temas de natureza geopolítica, tais como a crise em Gaza e a guerra na Ucrânia, mas também o aumento de stocks e crescimento da procura a níveis abaixo de 2023. O preço do Brent iniciou o ano abaixo dos 80 dólares por barril, tendo o aumento dos ataques ucranianos a refinarias russas, e o continuar da violência no Médio Oriente (com a possibilidade do alastrar do conflito para outros países daquela região), empurrado os preços do petróleo para perto dos 90 dólares por barril em Abril. Nos meses seguintes registou-se uma correção dos preços, na sequência do continuar de níveis baixos de crescimento de procura, nomeadamente na China, além de um mercado bem abastecido na bacia do Atlântico. Os próximos meses deverão continuar a ser influenciados pelo mesmo contexto geopolítico, com o crescimento da procura a permanecer abaixo do que foi observado no ano anterior.

### Preço do petróleo





**- Draghi num caso bem mais complicado porque não tem os instrumentos**

## 5. O RELATÓRIO DRAGHI E A COMPETITIVIDADE EUROPEIA

Luís Mira Amaral<sup>2</sup>

Começo por afirmar a minha grande consideração por Mário Draghi que à frente do BCE salvou o euro e que é sem dúvida um dos europeus mais respeitados. A crise do euro foi bem resolvida por ele com a simples ameaça de utilização dos poderosos instrumentos que um banco central tem para fazer face aos especuladores. Agora, o caso é bem mais complicado porque ele não tem os instrumentos, tem de confrontar políticos e burocratas cuja vontade política e competência para levarem a cabo o que propõe é duvidosa, tudo isto num contexto europeu que não ajuda pois não se reclama mais Europa, antes se reacendem os nacionalismos.

Antes, a Europa parecia viver tranquila e comodamente no seu casulo com a sua potência dominante, a Alemanha, a repousar o seu modelo de negócios em três “outsourcings”: o gás natural barato vindo da Rússia, a Defesa e Segurança asseguradas pela Nato e pagas pelos EUA e a indústria, quer em termos de exportações quer em termos de aprovisionamento de “inputs”, assegurada pela China. As coisas mudaram, a energia barata acabou, a relação com a China torna-se mais problemática e o mesmo pode vir a acontecer com os EUA, aparecendo os novos tempos como particularmente desfavoráveis para a Europa. A era dum comércio internacional dinâmico e do multilateralismo gerido pela Organização Mundial do Comércio está a ser posta em causa, chamando alguns a isto Slowbalization, enquanto que outros preferem dizer que ainda que a globalização não seja globalmente posta em causa, teremos fragmentação dos mercados globais em certos setores, na sequência das políticas industriais e comerciais não coordenadas

---

<sup>2</sup> Engenheiro (IST) e Economista (MSc NOVASBE). Presidente do Conselho Consultivo do Forum para a Competitividade.



**- A Agenda de Lisboa, do tempo de Guterres como Primeiro-Ministro português, tinha belas intenções que não se concretizaram...**

implementadas pelos EUA e China, a que talvez se junte a Europa, e que estamos a entrar numa época de conflitos geopolíticos na qual as dependências económicas se arriscam em se transformar em grandes vulnerabilidades.

A Europa está, segundo o Relatório, a entrar neste novo mundo com muitas vulnerabilidades. Segundo Draghi, a Europa não poderá mudar o mundo mas terá que mudar se quer continuar a ser um bloco dominante. O Relatório tem o mérito de explicar a nossa encruzilhada e apontar as nossas vulnerabilidades: temos ainda uma fragmentação de mercados no espaço europeu, sobrerregulação e regulações inadequadas, má demografia, alarmante perda de competitividade em relação aos EUA e China, despesas e investimentos insuficientes nalgumas áreas, muito conservadorismo e insuficiente tomada de riscos.

### **1. Agenda de Lisboa, Relatório Letta e “Next Generation EU”**

Mas convém primeiro, e antes de analisar o Relatório, recordar que a União Europeia (UE) no tempo de Guterres como Primeiro-Ministro português tinha estabelecido a chamada Agenda de Lisboa que propunha que nos tornássemos no bloco económico mais competitivo, mais inovador e mais solidário do mundo. Belas intenções que obviamente não se concretizaram... Depois a Comissão Europeia encomendou a outro ex-Primeiro Ministro Italiano Henrique Letta um relatório sobre o aprofundamento do Mercado Único que também não se concretizou. Mais recentemente tivemos a emissão de dívida conjunta europeia e o “Next Generation EU”, que financiou os Programas de Recuperação e Resiliência (PRR) dos vários Estados Nacionais e que era suposto financiar a reindustrialização da UE...



**- Green Deal pretendia atingir objectivos de descarbonização irrealistas**

## 2. “Green Deal” Europeu e Transição Energética

E convém ainda relembrar a Agenda Verde Europeia (“Green New Deal”) lançada com grandes fanfarras há cerca de três anos por uma patética Comissão Europeia, onde pontificava um tresloucado Sr. Timmermans o então czar europeu para o Ambiente e Clima, e que contribuiu também e muito para o declínio económico e social da Europa. Pretendeu atingir objectivos de descarbonização irrealistas, sem se preocupar com as consequências económicas, financeiras e sociais, multiplicando os constrangimentos infligidos às empresas e às populações.

Esse famoso “Green Deal” imposto pela Comissão Europeia aos Estados Membros em Julho de 2021 era uma pura construção intelectual construída sobre hipóteses tecnológicas e económicas muito frágeis e querendo que a Europa liderasse o mundo na descarbonização.

Em matéria de transição energética e ecológica, as instituições europeias são adeptas dum pensamento mágico em que basta inscrever e fixar os objectivos mais ambiciosos para que eles se realizem! Pouco importa que os calendários e as obrigações não tenham em conta as realidades técnicas, económicas e sociais... A concepção da transição energética dos Verdes Alemães levou ao modelo energético alemão seguido pela UE, o qual pretendia uma rede eléctrica só com renováveis intermitentes e que se tem revelado um desastre, levando a Alemanha a abandonar o nuclear e a ter que recorrer mais ao carvão e ao gás natural com aumento de emissões de CO2 e preços de energia mais elevados! Os Verdes alemães preferiram o carvão ao nuclear, o que é profundamente contraditório num contexto de descarbonização. O caso alemão mostra que não se consegue facilmente substituir o nuclear pelas renováveis intermitentes eólica e solar. Portugal tem infelizmente seguido acriticamente o modelo alemão, querendo apostar no tudo renovável... A UE escolheu então tecnologias que põem em





**- A mudança rápida do ambiente geopolítico e comercial tornam esta Agenda Verde ainda mais irrealista**

causa a competitividade e a viabilidade da indústria europeia, querendo só apostar na eólica, no solar e no veículo elétrico, a que se soma agora o hidrogénio verde, e levam a ganhos limitados em termos de redução das emissões dos gases com efeito estufa. A Comissão Europeia tentou rejeitar outras tecnologias como o nuclear, no que tem tido a oposição francesa, ou a captura de carbono, por razões puramente ideológicas. Também rejeitámos o gás de xisto, ao contrário dos americanos. Este modelo de transição energética seguido pela UE desde há duas décadas levou-nos a uma situação que não para de se degradar em termos de custos de energia e de soberania energética.

A mudança rápida do ambiente geopolítico e comercial atrás referida, acelerada pelos conflitos da Ucrânia e do Médio-Oriente, que colocam riscos para os combustíveis fósseis que importamos (petróleo e gás natural), a tensão crescente entre o Ocidente e o Sul Global, designadamente com a China, e a degradação das condições económicas e financeiras em vários setores da economia europeia evidente no sector automóvel tornam esta Agenda Verde ainda mais irrealista. O problema que temos a nível europeu é que as instituições europeias, nomeadamente a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, estão muito distanciados das populações, não sofrendo directamente as consequências que ficam para os Estados Membros, e raramente admitem que erraram. Em Bruxelas, a arrogância tecnocrática e a irresponsabilidade parecem ser a norma... E no Parlamento Europeu, embora o centro-direita seja o maior grupo político através do Partido Popular Europeu, quem manda nestas matérias são os Verdes coligados com os socialistas europeus...

OIFFRI (“Institut Français des Relations Internationales”) mostrou tudo isto num relatório alarmante chamado “How Can the Green Deal Adapt to a Brutal World?” publicado no início de 2024 mas que obviamente a comunicação social ignorou... Não somente a concepção e o modelo desta Agenda Verde são muito discutíveis mas a execução é mesmo alarmante pois que a Europa está a desindustrializar-se para se descarbonizar!



## - Paradoxo geoestratégico euro-chinês

O IFFRI admite mesmo que tal pode levar à desintegração da UE! Estamos a assistir a um cenário terrível em que os custos de importação de combustíveis fósseis são elevados, as importações de equipamentos ligados às tecnologias de baixo conteúdo carbónico aumentam, as matérias primas críticas para a transição são dominadas e militarizadas pela China e as indústrias de forte intensidade energética fecham na Europa para irem abrir noutras geografias com custos energéticos mais baixos, designadamente os EUA, pois que a maioria dos governos europeus não consegue compensar com subsídios esse aumento de custos. O Relatório sublinha que tendo a UE cada vez menos instrumentos para influenciar o mundo, conviria esforçar-se por ser mais eficaz e mais resistente a nível interno e mais estratégica a nível externo.

Neste contexto temos aquilo a que o Prof Abel Mateus em excelente artigo no Observador (Relatório Draghi: Solução para a Crise Existencial da União Europeia?) chamava de paradoxo geoestratégico euro-chinês e que ficará certamente na história como um dos maiores erros de estratégia geopolítica dum potência ou dum bloco económico, neste caso a UE! Com efeito, a UE estabeleceu metas ambiciosas para as renováveis e para os veículos elétricos, querendo mesmo banir a venda de veículos com motores térmicos, mas sem uma política industrial coerente para a produção na Europa destes equipamentos e tecnologias, quem está a aproveitar é a China! Os dirigentes chineses viram com perspicácia que iam ter um mercado europeu à disposição, estando eles a desenvolver as tecnologias e a dominar a produção nas eólicas, nos painéis fotovoltaicos, nos veículos elétricos e na cadeia de valor das baterias, dominando a nível mundial o abastecimento dos materiais críticos para estas tecnologias. Nós estabelecemos metas muito ambiciosas para a descarbonização e os chineses respondem produzindo a preços imbatíveis e muitas vezes sem preocupações ambientais tais equipamentos, dizimando a indústria europeia, como está a acontecer no setor automóvel, e acelerando a nossa desindustrialização! OS EUA reagiram com o “Inflation Reduction Act”



- Draghi, que salvou o euro, quer agora salvar a nossa UE da sua crise existencial

(IRA) e será que nós conseguiremos o mesmo com o Relatório Draghi?

E o IFFRI chama também a atenção para o Fundo Europeu para a Inovação dotado de € 40000 Milhões, cuja execução tem sido decepcionante, e que era suposto apoiar as inovações tecnológicas que permitissem acelerar a descarbonização ao mesmo tempo que pretendia impedir os industriais europeus de se deslocalizarem para os EUA para serem apoiados pelo IRA em tais inovações e investimentos. Este Fundo, segundo a listagem fornecida pela Bloomberg soma uma série de investimentos altamente discutíveis e muitos falhanços... Mau prenúncio para a capacidade da Comissão Europeia executar muito do que propõe em termos de política industrial o Relatório Draghi... Ainda por cima o francês Thierry Breton, talvez o único com experiência e capacidade de implementar no seio da Comissão uma política industrial, fartou-se da Senhora Ursula von der Leyen e bateu com a porta...

### 3.0 Relatório Dragui : "The Future of European Competitiveness"

Li e reli as 393 páginas deste Relatório durante uma longa viagem Lisboa-Nova Delhi e volta, onde fui assistir à final internacional dos jogos de simulação de gestão SDG Expresso na qualidade de Presidente do seu "International Supervisory Board", e dei por bem empregue o aproveitamento dessas longas horas a bordo dos aviões pois Draghi conseguiu coligir um volume impressionante de dados e de informação sobre o estado da nossa UE. Bastaria isso num exercício em que muito aprendi para dar por bem empregue o tempo gasto na sua leitura.

Mas Draghi, que já salvou o euro, quer agora salvar a nossa UE da sua crise existencial que a ameaça tornar-se irrelevante na cena mundial.



**- Rendimento disponível per capita cresceu duas vezes mais nos EUA do que na UE desde 2000**

**- Esquece quer os elevados custos económicos da descarbonização e da transição energética quer o facto de haver conflitos inerentes aos vários objetivos propostos**

De acordo com o Relatório, o rendimento disponível per capita cresceu duas vezes mais nos EUA do que na UE desde 2000 e isto porque a UE tem ficado bem atrás dos EUA e da China na Revolução Digital. Só temos 4 das 50 empresas mundiais no topo da revolução digital, os preços da energia são altos sobretudo se comparados com os dos EUA e a demografia na Europa, quando comparada com os EUA, também não ajuda. O Relatório diz que caminhamos para ser um museu industrial, amarrados a uma estrutura industrial estática, com poucas empresas a conseguirem inovações disruptivas ou novos motores de crescimento, não havendo na UE empresas com capitalizações bolsistas superiores a € 100000 Milhões que tenham começado de raiz nos últimos tempos, enquanto que nos EUA no mesmo período houve seis empresas criadas com valorizações bem acima desses números. Em vez de empresas da revolução digital como nos EUA, na UE a lista das três maiores empresas investidoras em I&DT foi dominada por empresas automóveis de veículos com motor térmico durante vinte anos.

Começo por sinteticamente enunciar aqueles que são na minha opinião os pontos fracos para depois ir aos pontos fortes.

### **Pontos fracos**

-O Relatório esquece, numa linha politicamente correcta mas profundamente errada do ponto de vista económico, quer os elevados custos económicos da descarbonização e da transição energética, atrás referidos, quer o facto de haver conflitos inerentes aos vários objetivos propostos, não sendo possível atingi-los a todos ao mesmo tempo. Há os chamados “trade-offs”, não sendo possível ao mesmo tempo elevar o nível de inclusão social, atingir a neutralidade carbónica, aumentar a segurança e relevância geoestratégica e conseguir altas taxas de crescimento. Haverá custos muito elevados no curto prazo nessas transições energética e digital que porão em causa o crescimento do produto;



**- É ambíguo em relação à política de concorrência**

-É omissivo sobre o problema da imigração, questão candente em termos económicos e securitários na UE. A imigração, se bem que positiva no plano económico, tem óbvias implicações sociais e securitárias;

-Esquece que os objetivos de descarbonização do “Green Deal” são muito irrealistas e é claramente insuficiente em termos de política energética pois, se bem que diagnostique bem o nosso problema energético em relação aos EUA e China, não tira depois as devidas conclusões, limitando-se a fazer uma série de recomendações na linha da política energética seguida pela UE, e cujo evidente e clamoroso falhanço expliquei atrás. Obviamente, se continuarmos a termos mais potências intermitentes, continuará a haver necessidade de importação maciça de gás natural para produzir eletricidade quando não haja sol ou vento, não há volta a dar-lhe, pois as tecnologias de armazenamento ainda são muito caras e inexequíveis para termos redes elétricas com 100% de renováveis intermitentes, como é o grande sonho do fundamentalismo climático;

-É ambíguo em relação à política de concorrência, pois ainda que defenda a disciplina das ajudas de Estado e a política de concorrência que tem sido seguida, ao dizer que a actual política de concorrência se centrava na defesa da concorrência no Mercado Único Europeu mas que importa agora perspectivá-la no quadro da concorrência das empresas europeias na economia global, parece aceitar a ideia que a política de concorrência deverá privilegiar a constituição de campeões europeus para competirem à escala global. Sou o primeiro a concordar que nalgumas operações de concentração em setores sujeitos a uma grande concorrência extra-europeia, o mercado relevante a considerar terá de ser o global e não o europeu. Na minha opinião e tal como o Prof. Abel Mateus defende no seu artigo já referido, eu não tenho nada contra a constituição de campeões europeus, desde que eles surjam endogenamente no mercado pela superioridade de decisões estratégicas tomadas pelos grupos empresariais, mas tenho o maior receio de serem



## - Aprofundamento do Mercado Interno Europeu

## - Criação dum verdadeiro Mercado de Capitais Europeu

os burocratas numa lógica de “mecano industrial” a fabricarem tais campeões... Mas com ou sem este Relatório, a nomeação duma socialista espanhola para a Pasta da Concorrência leva-me a suspeitar que a política de concorrência vai ser redireccionada para promover campeões europeus, ideia que também agrada aos franceses, sejam eles da direita, do centro liberal macronista ou da esquerda...;

-O Relatório propõe nova emissão de dívida europeia, à semelhança do “Next Generation EU”, destinado a assegurar um financiamento para as medidas propostas de ordem dos €800 mil milhões/ano. Sabendo nós quão difícil foi convencer os frugais, a começar pelos alemães, na emissão de dívida conjunta aquando do Next Generation EU, e face às dificuldades de execução no Fundo Europeu de Inovação e nos PRR nacionais, era de prever que a Alemanha viesse a rejeitar imediatamente esta proposta, o que aconteceu.

### **Pontos fortes**

-Aprofundamento do Mercado Interno Europeu, em que Draghi chama claramente a atenção que os países da UE são demasiado pequenos para enfrentarem os desafios globais sozinhos, donde o maior desafio para a UE é promover a integração dos mercados, sendo a escala fundamental para aumentar a produtividade em muitos dos setores analisados;

Este ponto já tinha sido abordado (mas esquecido) no Relatório Letta e recentemente 20 Ministros da Indústria reuniram-se em Bruxelas, pedindo um esforço adicional para remover barreiras no Mercado Único, barreiras essas que são mais fortes no setor dos serviços do que no setor industrial;

-Criação dum verdadeiro Mercado de Capitais Europeu e completar o que falta da União Bancária Europeia, designadamente o Fundo Europeu de Garantia de Depósitos, travado pelos frugais com medo que tal consubstancie um apoio aos sistemas bancários dos



**- Reforma das Políticas  
de Investigação,  
Desenvolvimento e  
Inovação**

países do sul.

O Relatório aponta correctamente para a necessidade que temos duma verdadeira União de Poupanças e Investimentos à escala europeia, pasta que vai ser da responsabilidade na Comissão da portuguesa Maria Luís Albuquerque, com vista a que a poupança europeia possa de forma eficiente financiar o investimento europeu;

-Acabar com a fragmentação existente nas Indústrias de Defesa e do Espaço. Num momento em que a UE compra aos EUA equipamento militar da ordem dos USD 160000 Milhões para fornecer a Ucrânia, a criação duma Indústria de Defesa paneuropeia é crucial;

-Simplificar e racionalizar a regulamentação comunitária, a qual poderia ser implementada quase sem custo, haja real vontade política...;

-Reforço a nível europeu das competências e qualificações, salientando o Relatório muito correctamente que para a competitividade são determinantes o conhecimento e as qualificações (skills), e já não tanto os custos relativos do trabalho;

-Reforma das Políticas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação na Europa, que estão muito fragmentadas entre o nível comunitário e os níveis nacionais. O Relatório aponta correctamente para a necessidade de reformular o Horizonte 2020, o grande programa europeu de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, simplificando o seu acesso e concentrando os seus objetivos que estão muito dispersos. Este programa tem pela primeira vez um pilar de inovação, a par dos habituais pilares de investigação e de competitividade industrial/clusterização, que foi introduzido e bem pelo então comissário Carlos Moedas.

O Relatório assinala e bem a baixa eficácia e produtividade da I&DT financiada pela Comissão Europeia e por muitos governos nacionais, com uma grande dispersão



**- O Relatório mostra que na I&DT nos EUA as empresas contribuem mais do que o Estado Federal enquanto que na UE o contributo dos poderes públicos é superior ao das empresas**

de programas. E também chama a atenção que muitos dos programas para treinar e qualificar cientistas na UE têm uma eficácia muito duvidosa, estando também os programas para a mão de obra qualificada necessária às empresas muito pouco alinhados com as necessidades das mesmas.

Mas comparando na I&DT o esforço americano com o europeu, o Relatório mostra que nos EUA as empresas contribuem mais para esse esforço do que o Estado federal (empresas 2,3% e o Estado 1,3 % do PIB), ao contrário da UE, em que o esforço público comunitário e nacional é maior do que o das empresas (empresas 0,8% e poderes públicos 1,4% do PIB), o que explica no fundo o maior sucesso americano em termos de produtos comercializados face à dificuldade que aqui temos em passar da inovação e das patentes aos produtos comercializáveis, pois que o ID&T feito pelas empresas estará já mais próximo do mercado do que o ID&T europeu financiado sobretudo pelos poderes públicos. Esta explicação, como Abel Mateus também refere, é esquecida por Draghi.

Mas para mim é evidente que a existência nos EUA de muito mais empresas de grande dimensão nos setores tecnológicos do futuro, face ao pequeno número de empresas congéneres europeias e de menor dimensão que as americanas, explica porque razão há um grande financiamento das empresas privadas americanas, coisa que não acontece na Europa. Também é preciso notar que muitas “startups” europeias vão depois para os EUA para poderem mais facilmente escalar sem as barreiras e segmentações dos mercados europeus, e poderem também aproveitar o dinamismo dos fabulosos mercados de capitais americanos e da indústria de “private equity” e “venture capital”. Apesar da criação do pilar de inovação no Horizonte Europa, os investimentos em capital de risco (“venture capital”) na UE são ainda apenas 20% dos investimentos homólogos dos americanos!





**- A política de comércio externo deve estar alinhada com a política industrial**

-no que toca à política industrial, Draghi defende uma conceito com o qual concordo, dizendo que a política de comércio externo, a proteção das nossas empresas contra o “dumping”, para assegurar o “level playing field”, e a gestão das cadeias de valor global que fornecem bens intermédios (privilegiando os países nossos aliados) para os produtos finais devem estar alinhadas com a política industrial, tendo esta também uma dimensão de “warfare”, pois um bloco que não produza as tecnologias e os equipamentos militares não consegue ser uma potência militar. Este conceito de política industrial ligada à Defesa, bem evidente no CHIPS ACT americano, tem sido muito defendido pelo conselheiro de política de segurança e defesa da Administração Biden, Jack Sullivan, que tem sido um dos principais teóricos da política industrial americana, a qual tem dois grandes instrumentos: o IRA e o CHIPS ACT. Também defende que a política de captação do IDE bem como os investimentos no exterior devem estar articulados com as política industrial e de segurança, coisa que os americanos já estão a fazer.

No fundo, a UE tem uma política industrial muito fragmentada e incipiente, feita sobretudo pelos Estados nacionais, com as despesas dominadas pelos Estados mais fortes. O relaxamento do regime das ajudas de estado veio aliás reforçar essa tendência pois que os Estados mais fortes passaram a ter mais facilidades em financiarem as suas empresas. No fundo, Draghi vem propor uma política industrial mais paneuropeia em que todos possam participar. O sucesso europeu do Airbus mostra no fundo que a Europa pode ter sucessos quando as coisas são bem feitas em conjunto e com objetivos claros.

Como Draghi bem refere” successful industrial policies today require strategies that span investment, taxation, education, access to finance, regulation, trade and foreign policy, united behind an agreed strategic goal”. Como diziam os defensores da permanência do Reino Unido na UE, “together we are stronger”. O Charlatão Boris esqueceu esta máxima no “Brexit” mas aplicou-a depois para a permanência da Escócia no Reino Unido...



**- Será necessária uma grande coordenação entre o nível comunitário e os níveis nacionais, o que não será nada fácil!**

E Draghi não esquece que a política industrial tem de assentar sobre o aprofundamento do mercado único, como aliás o citado Relatório Letta já defendia. Aqui Draghi veio dizer que a política industrial não devia servir para subsidiar campeões nacionais, emendando a mão ou clarificando em relação à ambiguidade revelada em relação à política de concorrência, antes deve apoiar setores estratégicos para a segurança e defesa, na linha do que referi para os EUA, e apoiar políticas horizontais.

Mas não sendo a UE um Estado Federal como os EUA nem um Estado com o controlo centralizado do Partido Comunista, como a China, torna-se muito mais difícil executar na UE uma política industrial centralizada em Bruxelas, sendo necessária uma grande coordenação entre o nível comunitário e os níveis nacionais, o que não será nada fácil! Faltam pois na UE níveis centrais de decisão, e estaremos aqui claramente em desvantagem face aos EUA e à China. E, como já expliquei, atendendo ao passado recente, tenho a maior dúvida que a actual Comissão Europeia e os seus eurocratas tenham a capacidade de implementar este exigente conceito de política industrial, que nos permita ombrear com os EUA e a China.

E para tentar ultrapassar esta dificuldade de não sermos um Estado Federal e tendo consciência de que não é possível politicamente neste momento alterar os tratados europeus, Draghi vem propor que o exercício de coordenação europeu conhecido pelo Semestre Europeu fique restringido à política orçamental, criando-se um novo Conselho de Competitividade para coordenar a nível europeu a implementação das medidas do Relatório. Tenho dúvidas que venha a funcionar... Deus queira que me engane...



## 6. LEGISLAÇÃO

TELLES

### ENERGIA E AMBIENTE

[Despacho n.º 11506/2024, de 30 de setembro](#): Aprova a metodologia de determinação dos preços de referência da tarifa de uso da rede de transporte de gás.

[Despacho n.º 10756/2024, de 12 de setembro](#): Determina a elaboração de uma proposta de Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição de Eletricidade (PDIRD-E) para o período de 2026-2030.

[Despacho n.º 10559/2024, de 6 de setembro](#): Constituição do Grupo de Trabalho AFIR para a criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos, no âmbito do Regulamento (EU) 2023/1804.

[Portaria n.º 176-B/2024/1, de 30 de julho](#): Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivo às Empresas «Flexibilidade da Rede e Armazenamento», inserido no investimento RP-C21-i08 do Plano de Recuperação e Resiliência.

### PÚBLICO

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 11/2024, de 11 de julho, Processo n.º 741-23.4BELSB](#): Uniformiza-se a jurisprudência nos seguintes termos: Estando em jogo o exercício de direitos, liberdades e garantias fundamentais, formalmente reconhecidos pela Constituição da República Portuguesa e por instrumentos de direito internacional ao cidadão estrangeiro, mas cuja efetividade se encontra materialmente comprometida pela falta de decisão do pedido de autorização de residência por banda da



Administração, a garantia do gozo de tais direitos por parte do mesmo não se compagina com uma tutela precária, traduzida na atribuição de uma autorização provisória, antes reclama uma tutela definitiva, pelo que o meio processual adequado, de que o cidadão deve lançar mão, é o processo principal de intimação previsto nos artigos 109.º a 111.º do CPTA;

### IMOBILIÁRIO

[Decreto-Lei n.º 42/2024, de 2 de julho](#): Procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro, alargando o acesso ao programa Porta 65 — Jovem.

[Decreto-Lei n.º 43/2024, de 2 de julho](#): Altera o Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março, que cria apoios extraordinários de apoio às famílias para pagamento da renda e da prestação de contratos de crédito, e revoga a extensão do regime do arrendamento forçado às habitações devolutas.

### LABORAL

[Portaria n.º 218/2024/1, de 23 de setembro](#), cria o Cria e regula o Programa INTEGRAR;

[Portaria n.º 219/2024/1, de 23 de setembro](#), cria e regula a medida Estágios INICIAR;

[Portaria n.º 220/2024/1, de 23 de setembro](#), cria e regula a medida «+Emprego»;

[Portaria n.º 221/2024/1, de 23 de setembro](#), cria e regula o programa +Talento.



## SOCIETÁRIO

[Diretiva \(UE\) 2024/1760 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho](#): Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade e que altera a Diretiva (UE) 2019/1937 e o Regulamento (UE) 2023/2859.

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 149/2024, de 16 de setembro, Processo n.º 638/22](#): julga inconstitucional a norma contida nos artigos 18.º e 21.º, n.º 1, alíneas a), b) e c), da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, no segmento em que se estabelecem as regras de liquidação e pagamento do adicional de solidariedade sobre o setor bancário, previsto no regime que consta do anexo VI à referida lei, relativo ao ano 2020.

## INSOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

[Decreto-Lei n.º 48/2024, de 25 de julho](#): Limita as situações em que o direito de retenção prevalece sobre a hipoteca.

## CONCORRÊNCIA

[Regulamento n.º 747/2024 – Procedimento relativo à tramitação para a obtenção de dispensa ou redução da coima nos termos da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio](#): O Regulamento n.º 747/2024, recentemente publicado, estabelece o procedimento para a tramitação dos pedidos de dispensa ou redução da coima, nos termos da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio. O regulamento clarifica as etapas e requisitos que as empresas devem seguir para beneficiar deste regime, que visa incentivar a colaboração com a Autoridade da Concorrência (“AdC”) na deteção e repressão de práticas anticoncorrenciais, como os cartéis.



Termos do Procedimento de Transação: Foi publicado pela Autoridade da Concorrência, no final de julho de 2024, os Termos do Procedimento de Transação, um mecanismo processual destinado a promover decisões rápidas e eficazes sobre infrações às regras da concorrência. Este procedimento visa a economia de recursos, a redução da litigância e o reforço da prevenção geral. Com a publicação deste instrumento, AdC finalizou o processo de revisão das suas linhas de orientação, atos regulamentares e outros instrumentos, que estava obrigada a completar no prazo de dois anos após a entrada em vigor da última alteração ao Regime Jurídico da Concorrência.

## PRIVACIDADE

Autoridade de controlo holandesa aplicou coima de 30,5 milhões de euros à Clearview AI por incumprimento do RGPD, 3 de setembro: A Autoridade de controlo holandesa aplicou uma coima de 30,5 milhões de euros à empresa de software Clearview AI por tratar ilegalmente de dados pessoais e biométricos de indivíduos nos Países Baixos. As sanções deveram-se também à falta de informação e transparência, por parte da gigante de software, em informar os titulares dos dados sobre a recolha, o acesso e o tratamento dos mesmos. Após conhecimento destas infrações, a autoridade de controlo holandesa emitiu ordens para pôr fim às violações em curso;

CNIL aplicou uma coima de 800.000 euros à empresa “CEGEDIM SANTÉ” pelo tratamento não autorizado de dados de saúde”, 12 de setembro: A 5 de setembro de 2024, a autoridade de controlo francesa, CNIL, aplicou uma coima de 800.000 euros à empresa de software, CEGEDIM por esta ter tratado de dados de saúde não anonimizados, sem autorização nem consentimento dos seus titulares. A investigação da CNIL revelou que os dados não eram anónimos, mas sim pseudonimizados, e que facilmente se poderia identificar os seus respetivos titulares;



## PROPRIEDADE INTELECTUAL

[O EUIPO clarifica o valor das capturas de ecrã das redes sociais impressas numa ação de nulidade de desenho ou modelo, de 11 de setembro:](#) Por decisão de 11 de setembro de 2024 (R 5/2024), a Câmara de Recurso do Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO) anulou a decisão de primeira instância da Divisão de Invalidez e negou o valor probatório como divulgação prévia de capturas de ecrã impressas de publicações nas redes sociais (juntamente com as respetivas hiperligações) numa ação de invalidação de um desenho ou modelo registado na UE.

## DIGITAL

[Conselho da Europa abre para assinatura o primeiro tratado mundial sobre IA, de 5 de setembro:](#) A Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre a Inteligência Artificial e os Direitos Humanos, a Democracia e o Estado de Direito foi aberta à assinatura durante uma conferência dos Ministros da Justiça do Conselho da Europa em Vilnius. Trata-se do primeiro tratado internacional juridicamente vinculativo com o objetivo de garantir que a utilização de sistemas de IA é totalmente compatível com os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito.

ESTE DOCUMENTO TEM O APOIO DE:



TELLES  
— ADVOGADOS —